

Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório de gênero

Hildete Pereira de Melo¹
Teresa Cristina de Novaes Marques²

Introdução

A discussão sobre o papel dos imigrantes e dos negros na sociedade capitalista brasileira foi profundamente influenciada pela obra de Florestan Fernandes.³ Tomando o caso de São Paulo como paradigma, Fernandes inaugurou uma corrente interpretativa sobre a posição do negro e do imigrante no mercado de trabalho de profunda influência entre cientistas sociais brasileiros. E as conclusões desse autor foram, a nosso ver, equivocadamente generalizadas para a sociedade brasileira.⁴

Ao explicar a segregação dos negros no mercado de trabalho industrial, Fernandes afirmou que esta população foi incapaz de se adaptar à disciplina do trabalho industrial. Os imigrantes, por sua vez, seriam dotados de qualidades superiores aos nacionais, em termos de qualificação profissional e de escolaridade. Sustentou ainda este autor que a desagregação familiar entre os negros exerceu papel negativo na superação da miséria deste grupo social, contribuindo para o absenteísmo e o baixo nível de dedicação ao trabalho formal entre os afro-descendentes. Embora influentes, a verdade é que os trabalhos de Fernandes têm recebido críticas de numerosos estudiosos, desde as suas primeiras edições.⁵

Certamente, os problemas de fontes complicam a compreensão da estrutura étnica do mercado de trabalho industrial. Mas há outras questões envolvidas. Essa tarefa exige o

1 Hildete Pereira de Melo, Doutora em Economia, Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

2 Teresa Cristina de Novaes Marques, Doutora em História, Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Este trabalho contou com a colaboração de Midihã Ferreira da Silva na organização dos dados censitários.

³ Florestan Fernandes (1978), *A integração do negro na sociedade de classes*.

⁴ Ver Carlos Hasenbalg (1979), pág. 158.

⁵ As proposições de Florestan Fernandes e de seus críticos são resenhadas por George Andrews (1991). Michael Hall (1969) esteve entre seus críticos, particularmente refutando o argumento de Fernandes com respeito à qualificação superior dos imigrantes. Sustentou Hall que os imigrantes não dispunham de qualquer treinamento prévio que os melhor qualificassem para o trabalho nas indústrias de São Paulo, e mais, os artesãos italianos que emigraram preferiram os destinos da Alemanha, ou da Bélgica, e sua presença em São Paulo foi irrelevante para o conjunto da população imigrante ingressada neste estado. Andrews (1991) explica a exclusão dos negros do mercado de trabalho formal em São Paulo em função da maciça imigração de europeus, subsidiada pelo governo paulista na passagem do século XIX para o XX. Para este autor, a presença de abundante mão-de-obra imigrante reduziu o poder de barganha dos negros no mercado de trabalho paulista.

exame combinado de outros fatores, como a inserção dos imigrantes europeus neste mercado, além das interpretações oferecidas pelos historiadores acerca do desenvolvimento da indústria regional, face ao cenário econômico nacional. Por que incentivos à entrada de estrangeiros e não ao deslocamento da população interna? Como sabemos esta teve papel significativo a partir da década de 1930.

Esse trabalho não tratará especificamente dessa questão, limita-se analisar o ingresso de imigrantes no país no século XX e a olhar estes dados num corte de gênero, contribuindo acredita-se de forma pioneira para avaliar o papel feminino no processo migratório. Privilegiando a imigração portuguesa para Brasil, detalhando no possível o caso do Rio de Janeiro.

As informações sobre a entrada de estrangeiros no país são provenientes de variadas fontes: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Trabalho e Emprego. Todavia, este trabalho utilizará apenas os dados coletados nos censos demográficos realizados ao longo do século XX. Estes inquéritos através de uma pergunta sobre país de nascimento, para pessoas não-naturais do Brasil, permitem identificar imigrantes pelo país de origem — mas isto é possível apenas para a geração dos que imigraram. Para seus filhos, já nascidos no Brasil, à informação sobre a origem se perde. Portanto, não é possível utilizar dados censitários para estudar os descendentes dos imigrantes por mais de uma geração, a não ser por hipótese e modelos estatísticos.

Os Estrangeiros nos Censos Demográficos Brasileiros

Não há uma uniformidade a respeito das variáveis coletadas sobre a presença de estrangeiros na população brasileira nos diversos censos demográficos realizados no Brasil, e devido a isso são poucas as variáveis que permitem a construção de uma série histórica para a questão.⁶ O primeiro Censo foi feito pelo Império em 1872 e tinha como grande objetivo fazer uma contagem da população escrava e assim conhecer o plantel escravo e poder implementar a Lei do Ventre Livre que vigorava desde 1871. O advento da República em 1888 trouxe a preocupação com a contagem da população e foi feita uma em 1890 e uma outra em 1900. Estes dois censos apresentam muitos problemas referentes à cobertura do território nacional e seus dados não foram usados em nossa análise. Em 1920

⁶ Até o Censo de 1960 utilizava-se a população presente e depois se passou a usar o conceito de população residente.

uma nova contagem da população foi feita e esta será o ponto de partida deste estudo. Apenas com a criação pelo governo federal, em 1936, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi que a contagem da população passou a ser realizada regularmente na sociedade brasileira a partir de 1940 no intervalo de dez anos.

A tabela 1 mostra a evolução da população estrangeira e naturalizada nos diversos censos do século XX. Depois da abertura dos portos brasileiros em 1808 entraram milhares e milhares de estrangeiros ao longo do século XIX, atingindo no censo de 1872 um total de 389.459 pessoas. A partir dessa década foi sobretudo os interesses dos fazendeiros de café que favoreceram a política de imigração de trabalhadores para estas lavouras. Estes imigrantes surgem como força de trabalho livre para o desenvolvimento da produção capitalista. De 1900 até 1930 foi o auge dessa política Levy (1974) afirma que precisamente entre 1904 a 1930 este contingente foi de 2.142.781 imigrantes. Os dados apresentados nas tabelas abaixo mostram que os estrangeiros do sexo masculino mantiveram uma maior participação ao longo de todo o século, confirmando a idéia da primazia masculina nesse processo.

Este crescimento negativo da população estrangeira no século XX expressa os vai e vêm da política imigratória nacional. Incentivos nas primeiras décadas e depois na década de 1930, no rastro da crise econômica desencadeada pelo estouro da Bolsa de Nova York em 1929, o governo provisório de Getúlio Vargas diante das falências e desemprego restringe a entrada de estrangeiros e limita suas atividades no Brasil. Foi estabelecido um sistema de quotas para a imigração na Constituição de 1934 e depois também na Constituição de 1937; esta fixava uma quota de 2% anual sobre o efetivo de entradas a contar de 01 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933. Este sistema foi relativamente abrandado na Constituição de 1946 (Levy, 1974, 55). Quanto aos direitos dos imigrantes estes foram limitados: proibição de votar, não tinham acesso a cargos públicos, não podiam explorar atividades pesqueiras, navegação de cabotagem, profissões liberais, por motivo de segurança nacional não podiam ser proprietários de companhias de seguros e de meios de comunicação (Lobo, 1994, 191/192).

Os oito levantamentos censitários examinados neste trabalho mostram que em 1920 a população estrangeira presente neste censo foi de 1.565.961 pessoas e havia 41% de mulheres e 59% de homens nessa população; caracterizando o que a literatura sócio-econômica tem consagrado que a imigração é um movimento masculino, sobretudo no caso destes levantamentos que considera apenas a primeira geração. O que os números

apontam é para a continuidade da masculinização desse processo, embora nos últimos vinte anos essa tendência tenha sido atenuada e estejamos caminhando para um equilíbrio entre os sexos. O fluxo imigratório decresceu, e as mulheres surgem com mais força nele (tabela 1).

Tabela 1 – Brasil, População Estrangeira, segundo sexo.

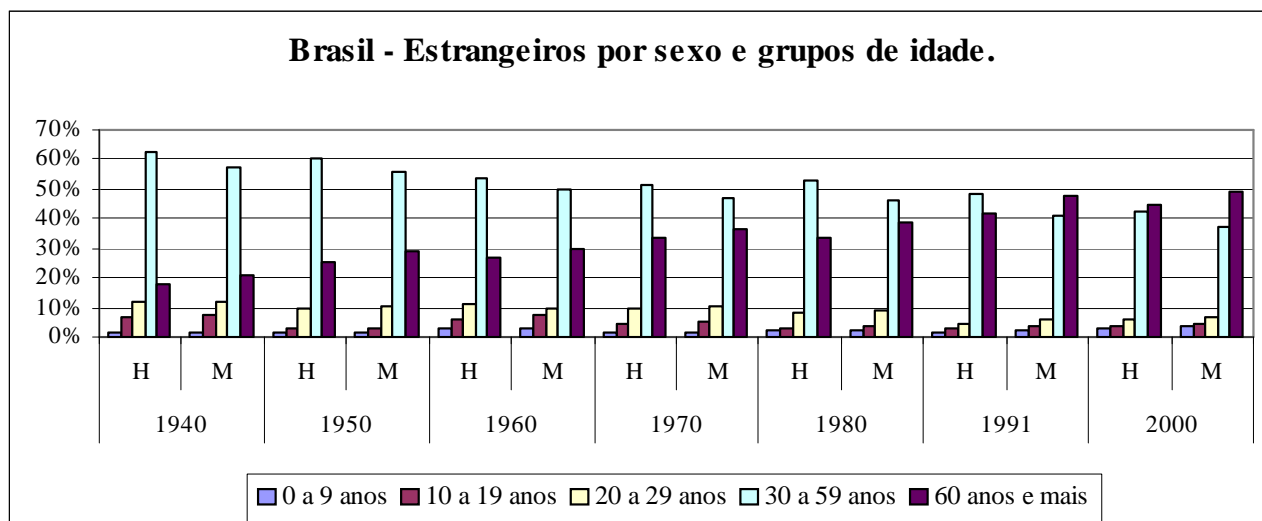
Ano	Homens		Mulheres		Total
	Total	%	Total	%	
1920	922.958	59%	643.003	41%	1.565.961
1940	793.276	56%	613.292	44%	1.406.568
1950	679.962	56%	534.222	44%	1.214.184
1960	683.919	55%	568.548	45%	1.252.467
1970	671.375	55%	557.753	45%	1.229.128
1980	599.986	54%	510.924	46%	1.110.910
1991	463.159	56%	358.631	44%	821.790
2000	365.761	53%	318.071	47%	683.832

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Nota: Estão incluídos os estrangeiros naturalizados.

Os Censos Demográficos, com exceção daquele realizado em 1920, permitem desagregar a população estrangeira por sexo e grupos de idade, o resultado está apresentado no gráfico 1. A imigração está concentrada nos adultos e idosos tanto homens como mulheres, apenas na faixa etária infantil (0 a 9 anos) há um equilíbrio entre os sexos, nas demais predomina os homens, mas as mulheres seguem também o perfil de imigrantes mais velhas. Expressando a transição demográfica em curso nos censos de 1991 e 2000 a maior taxa de participação por faixa etária feminina foi na faixa acima de 60 anos. Notem que se pode concluir que a imigração de famílias com crianças pequenas não foi uma realidade, pelo menos para os últimos cinquenta anos do século XX.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Os Estrangeiros por Nacionalidade

Os portugueses foram os primeiros imigrantes que chegaram as *terras brasilis*, para tomar posse da terra. Esta era habitada por uma população nativa chamada pelos ibéricos como “*os negros da terra*” que foram submetidos à escravidão, muitos resistiram, sucumbiram ou aculturaram-se aos novos senhores vindos de Portugal. Depois chegaram os escravos africanos numa onda de 300 anos num processo de migração forçada. Só no século XIX uma outra onda branca chegou da Europa para completar a miscigenação do povo brasileiro – índios, negros e brancos. As tabelas 2 e 3 arrolam para o século XX através dos dados dos Censos Demográficos os estrangeiros presentes na sociedade brasileira discriminados por nacionalidade.

Da predominância dos brancos portugueses nos séculos anteriores o final do século XIX e as primeiras décadas do XX assistiram à chegada de italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães, expulsos pela desestruturação da economia camponesa tradicional. Em 1920 o maior contingente de estrangeiros presentes na população brasileira era de italianos, seguidos de perto pelos portugueses e mais de longe por espanhóis como demonstra a tabela 2. Ao longo do século XX os imigrantes portugueses e a categoria “*outras nacionalidades*” mantém sua importância nesse processo. Os japoneses têm a peculiaridade de ser uma imigração das primeiras décadas do século passado e diminuem sua participação no decorrer do período. No total do século XX em 1991 a distribuição da

população estrangeira por nacionalidade residente no Brasil era 34% portuguesa, 10% de origem japonesa, 8% de italianos, 7% de espanhóis, 2,6% de alemães e o restante de outras nacionalidades. Este é o retrato da presença dos imigrantes brancos e asiáticos no Brasil. Aparentemente no final do século uma página foi virada e a sociedade brasileira torna-se na entrada do século XXI uma terra de emigração.

Tabela 2 – Estrangeiros* por sexo segundo a nacionalidade.

Ano	Alemanha		Espanha		Itália		Portugal		Japão		Outra		Total de Estrangeiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1920	29.778	23.092	122.329	96.813	305.023	253.382	291.198	142.379	16.397	11.579	158.233	115.758	922.958	643.003
1940	52.914	44.191	85.444	75.113	172.952	152.353	221.195	136.979	98.437	68.239	162.334	136.417	793.276	613.292
1950	35.527	30.287	69.909	61.699	130.023	112.314	206.304	130.552	70.612	58.580	167.587	140.790	679.962	534.222
1960	26.924	25.237	77.166	66.914	98.283	89.094	247.119	183.928	81.542	67.596	152.885	135.779	683.919	568.548
1970	26.868	24.860	69.871	60.251	82.001	70.800	247.197	190.786	83.879	70.127	161.559	140.929	671.375	557.753
1980	21.420	20.333	52.882	45.633	58.895	49.895	216.724	175.937	75.622	63.858	174.443	155.268	599.986	510.924
1991	12.304	12.025	31.270	26.618	36.201	30.094	140.320	123.290	44.770	40.802	144.294	125.802	463.159	358.631

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1940-1991.

*Incluindo os Estrangeiros Naturalizados.

Tabela 3 – Estrangeiros* por sexo segundo a nacionalidade.

Ano	Alemanha		Espanha		Itália		Portugal		Japão		Outra		Total de Estrangeiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1920	3,2%	3,6%	13,3%	15,1%	33,0%	39,4%	31,6%	22,1%	1,8%	1,8%	17,1%	18,0%	922.958	643.003
1940	6,7%	7,2%	10,8%	12,2%	21,8%	24,8%	27,9%	22,3%	12,4%	11,1%	20,5%	22,2%	793.276	613.292
1950	5,2%	5,7%	10,3%	11,5%	19,1%	21,0%	30,3%	24,4%	10,4%	11,0%	24,6%	26,4%	679.962	534.222
1960	3,9%	4,4%	11,3%	11,8%	14,4%	15,7%	36,1%	32,4%	11,9%	11,9%	22,4%	23,9%	683.919	568.548
1970	4,0%	4,5%	10,4%	10,8%	12,2%	12,7%	36,8%	34,2%	12,5%	12,6%	24,1%	25,3%	671.375	557.753
1980	3,6%	4,0%	8,8%	8,9%	9,8%	9,8%	36,1%	34,4%	12,6%	12,5%	29,1%	30,4%	599.986	510.924
1991	2,7%	3,4%	6,8%	7,4%	7,8%	8,4%	30,3%	34,4%	9,7%	11,4%	31,2%	35,1%	463.159	358.631

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1940-1991.

*Incluindo os Estrangeiros Naturalizados.

Um olhar sobre a Imigração Portuguesa

A pouca atenção dada por muitos historiadores à imigração portuguesa talvez se deva a pouca expressão desses imigrantes para a economia cafeeira, ou mesmo porque eles acabaram se diluindo no conjunto da população. Alguns autores, como Graham & Merrick (1981), compreenderam a imigração portuguesa pós-1872 como a continuidade do tradicional fluxo migratório entre Portugal e Brasil desde o período colonial. Já os estudiosos portugueses, Miriam Halpern Pereira (1981) e Joaquim da Costa Leite (2000), demarcam nitidamente uma diferença no padrão migratório entre os dois países antes e depois de 1870.

O século XX chegou às terras portuguesas expulsando a realeza com a Proclamação da República em 1910, até que em 1926 um golpe derrubou o regime democrático e paulatinamente instaura-se um governo de exceção, que culminará com a ascensão de Antônio de Oliveira Salazar. Primeiro como ministro depois como presidente do Conselho em 5 de julho de 1932 e finalmente este assumiu o poder absoluto com a instituição do Estado Novo Corporativo em abril de 1933. A nova Constituição extinguiu os partidos políticos, instalou a Censura e trilhou uma austera política econômica, na qual a estabilidade era a linha mestra em detrimento do desenvolvimento econômico e cultural. Salazar ficou no poder durante 35 anos (1933-1968): até sua grave enfermidade que culminou com sua morte logo depois. A turbulência política e o baixo crescimento econômico refletem-se em intensa emigração: nos anos compreendidos entre 1901 e 1930 um milhão de portugueses saíram de Portugal e 69,5% destes vieram “fazer o Brasil”, 15,7% foram para os Estados Unidos da América. O continente americano foi o grande destino nas primeiras décadas do século XX (ver Lobo, 1994).

Ao longo dessas décadas Portugal viveu um crescimento medíocre, salvo os anos da segunda Grande Guerra (1939-1945), nos quais obteve *superávits* extraordinários na balança comercial, mas nem mesmo isso foi aproveitado adequadamente. A vida da população era penosa, entre 1927 e 1946 os salários reais dos trabalhadores rurais caíram cerca de 30%, desemprego, longas jornadas de trabalho assombravam o povo pobre português. Nesse quadro a alternativa de emigrar era uma solução e o Brasil a principal nação de destino desse povo.

A crise de 1929 que perturbou a economia mundial logo foi sacudida no Brasil pela política de defesa do café nos anos 1930, que segundo Celso Furtado (1974) teve um papel vital de favorecer o crescimento da renda nacional e de colocar o país na rota do processo

de industrialização por substituição de importações. O significado da chamada Revolução de 1930 na sociedade brasileira não é objeto deste trabalho, mas a crise da oligarquia cafeeira acabou engendrando um novo pacto político que derrubou a elite da República Velha. Este pacto adquiriu um novo contorno numa aliança difusa entre burguesia mercantil-industrial, camadas médias urbanas e trabalhadores fabris, que impulsionou a industrialização nacional.

O governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) foi vivido no auge da crise do setor externo nacional e da depressão econômica mundial, o café o principal produto de exportação do país acumulava grandes estoques e uma grande safra era esperada para 1933, falências e desemprego dominavam o cenário. Neste quadro de desemprego não havia como receber mão de obra estrangeira e o recém Departamento do Trabalho, logo depois o Ministério do Comércio, da Indústria e do Trabalho elaboram uma legislação restritiva a entrada de estrangeiros no país, como acima foi discutida, mas os portugueses não foram tratados da mesma forma. Como o governo Vargas entendia os portugueses tinham um papel importante na formação histórica da nacionalidade brasileira, poder de adaptação pelo uso comum do mesmo idioma, as regras foram menos rígidas para seus pedidos de nacionalização e tratamento no mercado de trabalho.

Ainda sobre a imigração portuguesa para o Brasil, Eulália Lobo realça sua importância e conclui que a dinâmica do mercado de trabalho industrial do Rio de Janeiro foi diferente de São Paulo; uma vez que, na Capital Federal, os imigrantes disputaram postos de trabalho lado a lado com pretos e pardos, ao passo que, em São Paulo, os imigrantes deslocaram a mão-de-obra afro-brasileira para a marginalidade.

A vinda dos portugueses para o Rio de Janeiro seguia uma vasta rede de recrutamento de mão-de-obra, com origem nos párocos das comunidades rurais portuguesas, e que conduzia os trabalhadores até as casas comerciais e indústrias do Distrito Federal. Uma vez fixados na cidade, os imigrantes se inseriam no mercado de trabalho carioca de forma similar aos brasileiros, isto é, recebiam salários aviltados e se submetiam as longas jornadas de trabalho.

A maneira como os portugueses foram atraídos para o Brasil na virada do século XX revela outra importante característica distinta do caso italiano. Enquanto no Rio de Janeiro a imigração portuguesa foi um fenômeno privado, em São Paulo o transporte dos italianos foi parcialmente subsidiado pelo Governo estadual. O Poder Público, portanto, não contribuiu para a questão da mão-de-obra na gênese do mercado de trabalho industrial

carioca, ao passo que o Governo de São Paulo manteve a política de subvencionar a imigração desde finais da década de 1880 até o ano de 1927.⁷

Se, no plano macroeconômico, o Estado transferiu renda para os produtores paulistas, no plano individual o ato de emigrar implicou custos pessoais pesados para os migrantes, onde quer que fosse. Os portugueses chegavam quase sempre solteiros e duplamente endividados: com os contratadores e com a família, os pais e irmãos deixados em Portugal.⁸ Os italianos também contraíam dívidas na viagem, mas traziam consigo a família, e quando chegavam ao Brasil todos se engajavam no mercado de trabalho para garantir o sustento do núcleo familiar.

Não por acaso o comportamento dos imigrantes portugueses chamou a atenção do cônsul norte-americano em 1922, que comentou: *os trabalhadores portugueses, em particular, fazem qualquer coisa para preservar o seu emprego.*⁹ Em outros termos, os imigrantes portugueses não contavam com outros membros da família para garantir o nível de renda pessoal. Eis aí uma razão possível para que se tivesse fixado entre os contemporâneos à imagem desses imigrantes como trabalhadores incansáveis.

Os censos demográficos permitem construir a evolução da imigração para o Brasil, pelo menos na primeira geração. A tabela 2 discrimina as principais nacionalidades que vieram fazer a América e constata-se que os portugueses mantiveram um fluxo significativo ao longo do século XX, provavelmente favorecidos pela adaptação e também pelo crescimento econômico. Há uma percepção de que a imigração é uma decisão dos adultos e que são primeiros os homens que migram para outras terras em busca de melhores condições de vida, privilegiam-se sempre as análises que escondem o sexo dessas pessoas. Vejam as tabelas deste trabalho todos os dados censitários apresentados foram desagregados por sexo e há sempre um predomínio masculino nessa população, de cerca de 1/3 dos imigrantes portugueses em 1920 a população feminina de nacionalidade portuguesa foi crescendo sua participação para em 1991 significar 47% dos imigrantes portugueses (tabela 4).

⁷ Segundo dados de Villela & Suzigan (1973) as subvenções públicas foram responsáveis pelo ingresso de 63,4% dos imigrantes entre 1888 e 1890; 79,9% dos imigrantes entre 1891 e 1900; caindo para 36% dos ingressos no período entre 1911 e 1915. Mesmo reduzida no pós-guerra, a política pública de subvenção à imigração persistiu até o ano de 1927. [*Política do Governo e crescimento da economia brasileira*; tab. B.10, pág. 249.] e Marques, 1998.

⁸ Miriam Halpern Pereira (1981), *A política portuguesa de emigração*.

⁹ Cônsul dos EUA em São Paulo, relatório de 1922. Citado por G. Andrews (1991), pág. 85.

Tabela 4 – Brasil, População Portuguesa, segundo sexo.

Ano	Homens		Mulheres		Total
	Total	%	Total	%	
1920	291.198	67%	142379	33%	433.577
1940	221.195	62%	136979	38%	358.174
1950	206.304	61%	130552	39%	336.856
1960	247.119	57%	183928	43%	431.047
1970	247.197	56%	190786	44%	437.983
1980	216.724	55%	175937	45%	392.661
1991	140320	53%	123290	47%	263.610

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1920-1991.

Nota: Em 2000 não houve abertura por nacionalidade

A distribuição da população estrangeira e portuguesa no território brasileiro

Os dados censitários permitem conhecer a distribuição da população estrangeira pelas unidades da federação brasileira de 1920 até 1991, quando a metodologia foi mudada. Com exceção do Censo Demográfico de 1960 que não teve esta variável. Em 1920 o primeiro censo analisado neste trabalho mostra que olhando para o total da população brasileira a participação relativa dos estrangeiros é pouco significativa no conjunto da população e também que esta população está concentrada em alguns locais do território nacional.

Foram organizadas tabelas separadas para cada levantamento censitário, estas fazem a distribuição da população estrangeira e da população residente para cada unidade da federação por sexo e por ser a população de origem portuguesa, objeto maior de nossa análise seus dados foram também desagregados separadamente. Este método permite conhecer a proporção de estrangeiros e de portugueses no Estado em relação ao total da população estrangeira e particularmente da portuguesa. Um problema dessa metodologia é que o retrato apresentado em cada levantamento censitário mostra apenas a primeira geração da população estrangeira, por que a segunda já nasceu no Brasil. Em 1920 a população estrangeira foi de apenas 5,1% da população residente no país e em 1940 esta taxa de participação caiu para 3,4%, em 1950 foi de 2,3% e assim sucessivamente até a taxa de participação em 1980 de 0,9%. Como o fluxo migratório foi decrescendo ao longo do século e estes dados não captam os descendentes dessa população, esta diminuição comprova apenas o estancamento da imigração.

A observação destes dados permite concluir e os demais censos corroboram esta conclusão de que a proporção de estrangeiros na população brasileira é concentrada em alguns espaços geográficos. Há uns locais cuja participação dos estrangeiros é bastante

significativa como o estado de São Paulo e o Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro).¹⁰ Há outro grupo de unidades da federação que a população estrangeira teve alguma expressão como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. As demais unidades da federação apresentam uma população estrangeira muito baixa, neste grupo podem-se separar aquelas com uma população estrangeira acima de um ponto percentual tais como: Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Amazonas e Mato Grosso e os demais com traços apenas. É obvio que esta caracterização reflete a situação nas datas dos levantamentos censitários e não o passado da presença de imigrantes no processo de colonização nacional, como por exemplo, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Amazonas (ver Levy, 1974), a tabela 5 ilustra este fato para 1920.

Tabela 5 - Portugueses e Estrangeiros, segundo Unidades da Federação por sexo, 1920.

	Portugueses		Total de Estrangeiros		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alagoas	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	3,1%	3,3%
Amazonas	2,0%	1,3%	1,3%	0,8%	1,3%	1,1%
Bahia	0,9%	0,5%	0,9%	0,4%	10,7%	11,1%
Ceará	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	4,1%	4,5%
Distrito Federal	40,4%	38,4%	16,8%	13,1%	3,9%	3,7%
Espírito Santo	0,5%	0,3%	1,2%	1,3%	1,6%	1,5%
Goiás	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	1,7%	1,7%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	2,8%	2,9%
Mato Grosso	0,4%	0,2%	1,7%	1,4%	0,9%	0,7%
Minas Gerais	4,6%	3,4%	5,8%	5,1%	19,3%	19,1%
Pará	3,9%	2,1%	1,7%	0,9%	3,3%	3,2%
Paraíba do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,0%	3,2%
Paraná	0,5%	0,3%	3,8%	4,3%	2,3%	2,2%
Pernambuco	1,3%	0,7%	0,9%	0,5%	6,8%	7,2%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Rio de Janeiro	7,3%	5,1%	3,8%	2,5%	5,1%	5,1%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,8%
Rio Grande do Sul	2,5%	1,5%	9,4%	10,0%	7,1%	7,1%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	2,2%	2,2%	2,2%
São Paulo	35,0%	45,9%	50,1%	57,2%	15,4%	14,6%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	1,6%
Acre	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%	0,4%	0,2%
Total	291.198	142.379	922.958	643.003	15.452.818	15.191.888

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1920.

¹⁰ A cidade do Rio de Janeiro teve uma organização administrativa diferenciada das demais regiões por sediar a capital da Colônia desde 1763 foi transformada em Município Neutro no Império e depois no Distrito Federal na República. Com a mudança da Capital Federal para Brasília em 1960 foi transformada em Estado da Guanabara e finalmente foi incorporada ao Estado do Rio de Janeiro em 1975.

Outra forma de analisar estes dados e relacionar a população estrangeira com a população de unidade da federação, para conhecer o peso relativo dos estrangeiros na sociedade local. O Distrito Federal (20,6%) e o estado de São Paulo (18%) concentram 38,6% da população estrangeira que vivia no Brasil em 1920, agregando o Paraná (9,1%), Rio Grande do Sul (6,9%) e Santa Catarina (4,6%) esta concentração fica em 59,2%.

As duas principais regiões receptoras da população estrangeira o Distrito Federal e o estado de São Paulo, embora signifiquem o “*locus*” privilegiado da riqueza nacional no século XX, apresentam dinâmicas diversas na absorção dessa população. A cidade do Rio de Janeiro, capital federal e um entreposto comercial e financeiro e o território paulista pólo industrial e agropecuário mais dinâmico da economia nacional. As diferenças entre as duas economias resultam em dinâmicas diversas para entender o fenômeno imigratório.

Não resta dúvida que a imigração portuguesa foi para a cidade do Rio de Janeiro uma questão especial: dos 433.577 imigrantes portugueses que viviam no Brasil por ocasião do censo 39,74%, ou 172.338 pessoas, habitavam a cidade do Rio de Janeiro, agregando a população de origem portuguesa do estado do Rio de Janeiro (6,6%) esta taxa de participação passa para 46,3% dos portugueses que viviam no Brasil. Em uma comparação similar, a cidade de São Paulo abrigava 14,91% da colônia portuguesa, mas considerando o total no estado esta taxa de participação aumenta para 38,5%.¹¹ Portanto, no grande eixo Rio-São Paulo estava concentrada cerca de 85% dos imigrantes portugueses. Analisando os dados de uma forma diferente, isto é considerando a população estrangeira do Distrito Federal e do estado paulista, observa-se que na Capital Federal (DF) o peso dos portugueses na população estrangeira local era extremamente significativa, estes eram 72%, praticamente quase todos os estrangeiros da cidade eram portugueses, o que faz do Rio de Janeiro uma cidade portuguesa, como afirma Carlos Lessa (2000). No estado de São Paulo a participação relativa dos portugueses era de 20% da população estrangeira.

Saltando para o Censo de 1940 (tabela 6) nota-se que a população estrangeira havia diminuindo talvez refletindo o rigor da legislação nacional e a conjuntura internacional. Diante do crescimento da população nacional os estrangeiros têm um peso menor na população residente nacional (3,4%), mas esta participação é relativizada quando se considera a distribuição diferenciada pelo território brasileiro. Continua a concentração em torno do eixo mais dinâmico da economia brasileira, isto é o estado de São Paulo e Distrito

¹¹ Recenseamento Geral do Brasil, 1920, vol. II, 1ª parte, págs. L e LVII.

Federal detém 74% dos estrangeiros e considerando o antigo estado do Rio de Janeiro esta taxa de participação sobe para cerca de 77%, menos que em 1920, mas ainda assim muito significativa (tabela 7).

Olhando para as populações regionais o Distrito Federal apresenta ainda uma maior concentração de estrangeiros, estes são 13% da sua população e no estado de São Paulo esta taxa de participação é de 11,3%, seguindo do Paraná com 5,3%, Rio Grande do Sul com 3,3% e o estado de Santa Catarina com 2,3%.

Tabela 6 - Portugueses segundo Unidades da Federação por sexo, 1940.

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Acre	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Amazonas	0,9%	0,7%	0,6%	0,5%	1,1%	1,0%
Pará	1,8%	1,2%	0,9%	0,6%	2,3%	2,3%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	3,0%	3,0%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,0%	5,2%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,9%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	3,4%	3,5%
Pernambuco	1,0%	0,5%	0,6%	0,4%	6,3%	6,7%
Alagoas	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	2,4%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,4%
Bahia	0,6%	0,4%	0,7%	0,4%	9,3%	9,7%
Minas Gerais	2,7%	2,0%	3,4%	3,0%	16,3%	16,3%
Espírito Santo	0,4%	0,2%	0,8%	0,8%	1,8%	1,8%
Rio de Janeiro	6,2%	4,8%	3,1%	2,3%	4,5%	4,4%
Distrito Federal	41,5%	39,2%	17,5%	14,7%	4,2%	4,3%
São Paulo	40,7%	48,4%	55,7%	60,7%	17,8%	17,0%
Paraná	1,0%	0,8%	4,6%	4,9%	3,1%	2,9%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	1,9%	2,9%	2,8%
Rio Grande do Sul	2,2%	1,4%	7,7%	7,9%	8,0%	8,0%
Goiás	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%	2,0%	2,0%
Mato Grosso	0,3%	0,1%	1,7%	1,5%	1,1%	1,0%
Total do Brasil	240.138	140.187	793.276	613.292	20.614.088	20.622.227

* Estrangeiros e Naturalizados

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940.

Na tabela 7 apresentam-se os resultados do Censo demográfico de 1950 a imigração continua diminuindo e sua taxa de participação na população residente brasileira foi de 2,3%, observem que em relação a sua população as unidades da federação que concentram uma participação de estrangeiros foram a mancha Distrito Federal e Rio de Janeiro com

10,5% de estrangeiros na sua população residente, seguido dos estados de São Paulo 7,6% e mostrando a abertura de fronteiras aparecem o antigo território de Guaporé (atual Rondônia) com 5,7% e Mato Grosso com 3,8%, em seguida o estado do Paraná com 3,6%. Notem que as antigas áreas receptoras de imigrantes do final do século XIX e início do XX como Rio Grande do Sul (1,9%), Santa Catarina (1,2%) são habitados por seus descendentes agora brasileiros natos.

Tabela 7 - Portugueses segundo Unidades da Federação por sexo, 1950.

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte						
Guaporé	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Acre	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Amazonas	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	1,0%	1,0%
Rio Branco	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pará	1,5%	1,0%	0,8%	0,5%	2,2%	2,1%
Amapá	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%
Nordeste						
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	3,1%	3,0%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,1%	5,3%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,9%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	3,4%
Pernambuco	0,8%	0,5%	0,5%	0,4%	6,4%	6,7%
Alagoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,2%
Fernando de Noronha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Leste						
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	1,3%
Bahia	0,5%	0,3%	0,9%	0,4%	9,1%	9,5%
Minas Gerais	2,2%	1,5%	2,9%	2,5%	14,8%	14,9%
Serra dos Aimorés	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%
Espírito Santo	0,3%	0,2%	0,5%	0,5%	1,7%	1,6%
Rio de Janeiro	6,9%	5,3%	3,3%	2,7%	4,5%	4,4%
Distrito Federal	40,0%	39,3%	18,1%	16,3%	4,5%	4,7%
Sul						
São Paulo	42,6%	48,5%	55,1%	59,6%	18,0%	17,2%
Paraná	1,5%	1,2%	6,3%	6,4%	4,2%	3,9%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,6%	1,5%	3,0%	3,0%
Rio Grande do Sul	2,0%	1,2%	6,5%	6,4%	8,0%	8,0%
Centro-Oeste						
Goiás	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	2,4%	2,3%
Mato Grosso	0,3%	0,1%	1,7%	1,6%	1,0%	1,0%
Total do Brasil	206.324	130.552	679.882	534.222	26.885.001	26.059.396

* Estrangeiros e Naturalizados

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950.

Os portugueses seguem uma lógica de grande concentração no eixo dinâmico da economia brasileira, o Distrito Federal/São Paulo com aproximadamente 84,7% deles vivendo nestes na cidade do Rio de Janeiro e no estado paulista, acrescentando o velho estado do Rio de Janeiro a concentração passa para 91% dos portugueses no Brasil, convenhamos à presença portuguesa no espaço carioca e fluminense é um característica da relação Brasil e Portugal (tabela 7).

Devido à lacuna do Censo de 1960 com relação à desagregação da população estrangeira por nacionalidade nas unidades da federação, a tabela 8 apresenta os dados para o Censo Demográfico de 1970. Agora a população estrangeira significa apenas 1,3% da população residente no Brasil, privilegiando a lógica de atração são as terras de economia dinâmica prevalece o chamado estado da Guanabara (ex-Distrito Federal) mais o antigo estado do Rio de Janeiro que juntos somam 6,5% dessa população, o estado de São Paulo com 4,0%, seguido pela fronteira Rondônia (ex-Guaporé) com 1,7% e Mato Grosso (1,6%), seguidos de perto pelo estado do Paraná (1,2%).

Olhando para a distribuição da população estrangeira no Brasil observa-se que estes estão sediados maciçamente no estado de São Paulo (57,2%), coração do desenvolvimento industrial nacional, seguido da Guanabara e Rio de Janeiro (23,1%) ainda o segundo pólo industrial do país. Vêm em seguida os seguintes estados: Paraná (6,5%), o Rio Grande do Sul (4,2%) e o Mato Grosso (2,0), tem-se uma conjunção de antigas regiões de núcleos colonizadores e a fronteira de negócios nacional.

Por sua vez os portugueses continuam concentrados nos eixo Rio/SãoPaulo, mas agora o estado paulista tem uma taxa de participação de 49% dos portugueses que vivem no país e a Guanabara e o estado do Rio de Janeiro ficam com 44%, o que significa 93% dos portugueses no território brasileiro. Esta queda na tradicional concentração carioca/fluminense expressa a perda de dinamismo na economia e a transferência da Capital Federal para o planalto central.

O Censo Demográfico de 1980, apresentado na tabela 9 demonstra que a atração do Brasil para receber novos imigrantes havia chegado ao fim, apesar do vigoroso processo de crescimento da economia nacional. A Europa e o Japão não eram terras de conflito e pobreza e a imigração agora será dos países da periferia do capitalismo. Inicia-se o êxodo de latino-americanos, africanos, asiáticos das antigas colônias européias os Estados Unidos, e Europa Ocidental. Vejam que a população estrangeira não representa nem mais 1% da população nacional (0,9%).

Tabela 8 - Portugueses segundo Unidades da Federação por sexo, 1970

Portugueses* Estrangeiros e Naturalizados População Residente			
Norte			
Rondônia	0,0%	0,1%	0,1%
Acre	0,0%	0,1%	0,2%
Amazonas	0,2%	0,3%	1,0%
Roraima	0,0%	0,0%	0,0%
Pará	0,7%	0,7%	2,3%
Amapá	0,0%	0,0%	0,1%
Nordeste			
Maranhão	0,1%	0,1%	3,2%
Piauí	0,0%	0,0%	1,8%
Ceará	0,0%	0,1%	4,7%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	1,7%
Paraíba	0,0%	0,0%	2,6%
Pernambuco	0,5%	0,5%	5,5%
Alagoas	0,0%	0,0%	1,7%
Fernando de Noronha	0,0%	0,0%	0,0%
Sergipe	0,0%	0,0%	1,0%
Bahia	0,3%	0,8%	8,0%
Sudeste			
Minas Gerais	1,0%	2,1%	12,3%
Espírito Santo	0,1%	0,3%	0,9%
Rio de Janeiro	8,5%	4,7%	5,1%
Guanabara	35,6%	18,4%	4,6%
São Paulo	49,3%	57,2%	19,1%
Sul			
Paraná	1,9%	6,5%	7,4%
Santa Catarina	0,1%	0,8%	3,1%
Rio Gande do Sul	1,1%	4,2%	7,2%
Centro-Oeste			
Goiás	0,1%	0,5%	3,2%
Mato Grosso	0,2%	2,0%	1,7%
Distrito Federal	0,2%	0,4%	0,6%
Total do Brasil	410.216	1.229.128	93.139.037

* Estrangeiros não naturalizados

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970.

A distribuição da população estrangeira permanece com o mesmo desenho do pós-guerra, assim praticamente 80% vivem nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (depois da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro). Embora a riqueza paulista seja um grande pólo de atração e 56,5% dos estrangeiros habitem em São Paulo, a ex-capital federal, atualmente estado do Rio de Janeiro mantém ainda uma fração importante dessa população estrangeira como mostra os dados da tabela 9. Os antigos núcleos colonizadores

dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, estes juntos somam 10,5% e os dez por cento restantes espalham-se pelo território nacional.

Tabela 9 - Portugueses segundo Unidades da Federação por sexo, 1980.						
	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte						
Rondônia	0,0%	0,0%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%
Acre	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,3%	0,2%
Amazonas	0,3%	0,2%	0,5%	0,4%	1,2%	1,2%
Roraima	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Pará	0,7%	0,6%	0,9%	0,7%	2,9%	2,8%
Amapá	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Nordeste						
Maranhão	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	3,4%	3,3%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,8%
Ceará	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	4,4%	4,5%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	1,6%	1,6%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	2,3%	2,4%
Pernambuco	0,7%	0,6%	0,7%	0,5%	5,0%	5,3%
Alagoas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	1,6%	1,7%
Fernando de Noronha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,9%	1,0%
Bahia	0,6%	0,4%	1,2%	0,9%	7,9%	8,0%
Sudeste						
Minas Gerais	1,5%	1,3%	2,5%	2,0%	11,3%	11,2%
Espírito Santo	0,2%	0,1%	0,4%	0,3%	1,7%	1,7%
Rio de Janeiro	43,2%	41,7%	23,1%	21,7%	9,3%	9,6%
São Paulo	48,5%	51,6%	54,9%	58,4%	21,2%	20,9%
Sul						
Paraná	1,7%	1,6%	6,0%	5,9%	6,5%	6,3%
Santa Catarina	0,2%	0,1%	1,0%	0,9%	3,1%	3,0%
Rio Gande do Sul	1,1%	0,9%	4,5%	4,5%	6,5%	6,6%
Centro-Oeste						
Goiás	0,2%	0,1%	0,6%	0,5%	3,3%	3,2%
Mato Grosso	0,1%	0,1%	0,4%	0,3%	1,0%	0,9%
Mato Grosso do Sul	0,3%	0,1%	1,4%	1,4%	1,2%	1,1%
Distrito Federal	0,3%	0,3%	0,9%	0,8%	1,0%	1,0%
Total do Brasil	187.780	161.035	599.986	510.924	59.142.833	59.868.219

* Estrangeiros não naturalizados.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980

Á guisa de conclusões

Esse trabalho analisou o ingresso de imigrantes no Brasil no século XX e olhou estes dados num corte de gênero, julgamos que esta perspectiva foi uma forma pioneira para avaliar o papel feminino no processo imigratório. Ainda é um estudo preliminar da imigração e esclarecemos ao leitor que o foco foi a imigração portuguesa para Brasil, detalhando no possível o caso do Rio de Janeiro. Estudar a imigração contribui para aprofundar a análise da estrutura étnica do mercado de trabalho nacional e talvez a explorações de outras fontes ou apenas outro olhar possam desfazer verdades estabelecidas, sobretudo a respeito da questão étnica e de gênero.

As informações sobre a entrada de estrangeiros no país são provenientes de variadas fontes e a compatibilização delas nem sempre é possível. Este trabalho utilizou apenas os dados coletados nos censos demográficos realizados ao longo do século XX. Estes inquéritos através de uma pergunta sobre país de nascimento, para pessoas não-naturais do Brasil, permitiram identificá-las pelo país de origem — mas isto é possível apenas para a geração dos que imigraram. Para seus filhos, já nascidos no Brasil, à informação sobre a origem se perde. Portanto, não é possível utilizar dados censitários para estudar os descendentes dos imigrantes por mais de uma geração, a não ser por hipótese e modelos estatísticos. Assim, a simples observação dos dados censitários permite concluir que a proporção de estrangeiros na população brasileira é concentrada em alguns espaços geográficos. Há uns locais cuja participação dos estrangeiros é bastante significativa como o estado de São Paulo e o ex-Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), ao longo dos anos estudados houve um permanente fluxo imigratório que devagar vai sumindo.

As estatísticas censitárias apontam para certa permanência do processo de masculinização do fluxo imigratório ao longo do século XX, embora nos últimos vinte anos essa tendência tenha sido atenuada e estejamos caminhando como os últimos censos demográficos demonstram para um equilíbrio entre os sexos. Talvez, como o fluxo imigratório decresceu isso explique o surgimento das mulheres com mais força no processo, mas esta mudança talvez esteja relacionada com as transformações do papel feminino das últimas décadas do século passado que têm atuado estimulando as mulheres a entrarem fortemente no mercado de trabalho e isso deve ter favorecido a imigração feminina. Este trabalho também aponta para uma imigração de adultos, não há uma imigração familiar, os casamentos são posteriores, depois do estabelecimento das pessoas no país, pois a presença de crianças nos dados é irrisória.

Não resta dúvida que a imigração portuguesa foi para a cidade do Rio de Janeiro uma questão especial: o peso dos portugueses na população estrangeira local era extremamente significativa, estes eram 72% desse contingente, praticamente quase todos os estrangeiros da cidade eram portugueses, o que faz do Rio de Janeiro uma cidade portuguesa, como afirma Lessa (2000), enquanto que no estado de São Paulo a participação relativa dos portugueses era de cerca de 20% da população estrangeira.

Referências Bibliográficas

- ANDREWS, G. R., Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988, The University of Wisconsin Press, Madison, 1991.
- BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil*, 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.
- FERNANDES, Florestan, “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, São Paulo, Ática, volume 2, 3.edição.
- FURTADO, Celso, “Formação Econômica do Brasil”, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974, 12 edição.
- HALL, M., The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914, PhD Dissertation, Columbia University, 1969.
- HASENBLAG, C., Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, Rio de Janeiro, Editora GRAAL, 1979.
- LEITE, J.C., “O Brasil e a Emigração Portuguesa, 1855-1914”, em FAUSTO, B. (editor), *Fazer a América*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2000.
- LESSA, Carlos, Rio de Todos os Brasis, Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 8 (Suplemento), 1974.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses em Brasil em Siglo XX*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1994, a edição brasileira intitula-se *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945*. Os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- MELO, Hildete Pereira de, ARAÚJO, João Lizardo de, MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, “Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da Cervejaria Brahma”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 57(3), Jul/Set. 2003.
- PEREIRA, M.H., “A política portuguesa de emigração (1850-1930)”, Lisboa, A regra do jogo, 1981.
- PESCATELLO, Anne Marie. *The both end of the journey – an historical migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. University of California, Los Angeles, PH.D. Thesis, 1970. Ann Arbor: University Microfilms International, 1986.
- VILLELA, Annibal V., SUZIGAN, Wilson, Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889-1945, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Monografia número10, 1973.,